

Centrais Eólicas Tábua S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2016 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Centrais Eólicas Tábua S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Centrais Eólicas Tábua S.A. ("Companhia"), em fase pré-operacional, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Eólicas Tábua S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional

Chamamos atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras que indica que no exercício findo em 31 de dezembro de 2016: (i) a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 2.422 mil; (ii) os passivos circulantes excederam o total dos ativos circulantes no montante de R\$ 9.650 mil; e (iii) a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional e deveria ter iniciado a sua operação comercial em 1º de setembro de 2015. Para finalização dos projetos, objetivando o cumprimento dos compromissos de venda de energia já assumidos, a Companhia dependerá de recursos dos acionistas e/ou financiamentos de terceiros. Essas condições, em conjunto com outros assuntos descritos na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, cujos valores estão sendo apresentados para fins de comparação e, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre elas.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

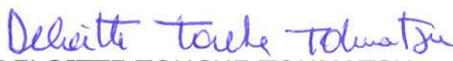
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

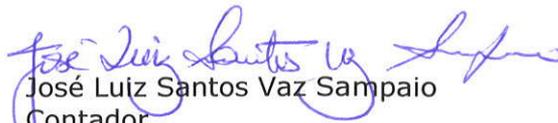
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de maio de 2017


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F"-BA


José Luiz Santos Vaz Sampaio
Contador
CRC – BA 015.640/O-3

CENTRAIS EÓLICAS TÁBUA S.A. (Companhia em fase pré-operacional)

BALANÇO PATRIMONIAL
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	13	20	Fornecedores	5	8.078	4.067
Impostos a recuperar		42	19	Impostos a recolher		35	93
Outros créditos		3	3	Contas a pagar - CCEE	6	1.259	258
Total do ativo circulante		58	42	Partes relacionadas	7	336	-
				Total do passivo circulante		9.708	4.418
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	4	68.926	42.513	Fornecedores	5	1.167	-
Total do ativo não circulante		68.926	42.513	Contas a pagar - CCEE	6	52	-
				Partes relacionadas	7	1.443	38.172
				Total do passivo não circulante		2.662	38.172
TOTAL DO ATIVO		68.984	42.555	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	8		
				Capital social		32.812	520
				Reserva de capital		26.779	-
				Prejuízos acumulados		(2.977)	(555)
				Total do patrimônio líquido		56.614	(35)
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		68.984	42.555

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAIS EÓLICAS TÁBUA S.A. (Companhia em fase pré-operacional)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
DESPESAS			
Gerais e administrativas		(161)	(18)
Outras despesas		<u>(1.666)</u>	<u>(307)</u>
Total	9	(1.827)	(325)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(1.827)</u>	<u>(325)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras		<u>(595)</u>	<u>(33)</u>
Total	10	(595)	(33)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(2.422)</u>	<u>(358)</u>
Prejuízo por ação básico e diluído (expresso em reais - R\$)	8.3	(0,093)	(0,689)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAIS EÓLICAS TÁBUA S.A. (Companhia em fase pré-operacional)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prejuízo do exercício	(2.422)	(358)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(2.422)</u>	<u>(358)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAIS EÓLICAS TÁBUA S.A. (Companhia em fase pré-operacional)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital Social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		520	-	(197)	323
Prejuízo do exercício		-	-	(358)	(358)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	8	520	-	(555)	(35)
Integralização de capital	8.2	32.292	26.779	-	59.071
Prejuízo do exercício		-	-	(2.422)	(2.422)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	8	32.812	26.779	(2.977)	56.614

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAIS EÓLICAS TÁBUA S.A. (Companhia em fase pré-operacional)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(2.422)	(358)
Ajustes para reconciliar prejuízo do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais:			
Multa sobre ressarcimento	6.1, 9	1.222	258
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Impostos a recuperar		(23)	(19)
Outros créditos		-	5
Aumento (redução) a nos passivos operacionais:			
Impostos a recolher		(58)	88
Pagamento Contas a pagar - CCEE	6.1	(169)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(1.450)</u>	<u>(26)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	4, 13	(3.394)	(36.789)
Pagamento de imobilizado adquirido em períodos anteriores		(2.271)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(5.665)</u>	<u>(36.789)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Partes relacionadas		7.108	36.835
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		7.108	36.835
(REDUÇÃO) AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>(7)</u></u>	<u><u>20</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	20	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	13	20
(REDUÇÃO) AUMENTO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>(7)</u></u>	<u><u>20</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Centrais Eólicas Tábua S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado controlada diretamente pela Diamantina Eólica Participações S.A. ("Diamantina") e que faz parte do "Grupo Renova" que representa as Companhias sob controle direto ou indireto da Renova Energia S.A. (holding final do "Grupo Renova"). A Companhia foi constituída em 13 de agosto de 2013 e tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar especificamente o parque eólico "Tabua", localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), no âmbito do Leilão de Reserva – 2013 ("LER 2013"). Segundo Portaria nº 110 da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), o período de autorização da Companhia é de 35 anos a partir de 19 de março de 2014.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$2.422 (2015, R\$358), os passivos circulantes excederam o total dos ativos circulantes no montante de R\$9.650 (2015, R\$4.376), a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional e deveria ter iniciado a sua operação comercial em 1º de setembro de 2015. A expectativa da Administração da Companhia é reverter esta situação através das receitas asseguradas pela CCEE quando do início de suas operações com previsão para o segundo semestre de 2017 em montante suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

1.1 Comercialização de energia

Em 21 de outubro de 2014, a Companhia assinou contrato de comercialização de energia no ambiente regulado – CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com a CCEE, por meio do qual, venderá toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada, por um prazo de 20 (vinte) anos, contados desde 1 de setembro de 2015.

Valor original do Contrato	Valores			Prazo			
	Energia anual contratada (MWh)	Preço histórico MWh	Preço atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
135.964	64.824	104,80	133,23	set/15	ago/35	IPCA	setembro

A capacidade de produção instalada do parque eólico "Tabua" é de 15,00 MWh(*).

(*) Informação não auditada pelos auditores independentes.

1.2 Operação comercial

O Contrato de Energia de Reserva estabelece que o parque deveria entrar em operação comercial em 1 de setembro de 2015, conforme citado anteriormente, contudo está atrasado com previsão de entrada em operação no segundo semestre de 2017. Conforme contrato, o efetivo pagamento da receita fixa está condicionado à entrada em operação comercial dos parques, devendo os recursos financeiros associados a esse pagamento ficarem retidos na CONER (conta de energia de reserva) os quais serão considerados quando da apuração das diferenças entre a energia gerada e a contratada (vide nota explicativa 6).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das leis 11.638/07 e 11.941/09; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 12 de maio de 2017.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. Os principais julgamentos, estimativas e premissas utilizados para a elaboração dessas demonstrações financeiras estão listados a seguir:

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, que determina certas técnicas de avaliação. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem análise das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros, ver nota explicativa 11.

b) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado

A Companhia utiliza as taxas definidas pela ANEEL para depreciação dos itens do ativo imobilizado por julga-las que refletem a vida útil desses bens. Entretanto, a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado para avaliar sua razoabilidade.

2.5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

2.5.1. Instrumentos financeiros (nota explicativa 11)

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos das transações diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

2.5.1.1. Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos e passivos financeiros aplicáveis na Companhia foram classificados da seguinte forma:

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os ativos desta categoria são classificados no ativo circulante. A Companhia possui classificado nesta categoria para 31 de dezembro de 2016 o caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa 3).

b) Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016 compreendem:

- Fornecedores (nota explicativa 5);
- Contas a pagar – CCEE (nota explicativa 6); e
- Transação com partes relacionadas (nota explicativa 7).

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2016.

2.5.1.2. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

2.5.1.3. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

2.5.2. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

2.5.3. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.5.4. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

2.5.5. Resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre investimentos. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre saldo a pagar de fornecedores.

2.5.6. Imposto de renda e contribuição social

Para 31 de dezembro de 2016 o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente foram calculados com base no lucro real e nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

2.5.7. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

No exercício de 2016, algumas novas normas emitidas e/ou revisadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC entraram em vigor. A Administração analisou tais normas e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Outras normas emitidas entrarão em vigor a partir do exercício de 2017 as quais a Administração implantará tais pronunciamentos à medida que sua aplicação se tornar obrigatória, não sendo esperados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Bancos conta movimento	<u>13</u>	<u>20</u>

4. IMOBILIZADO

	<u>Saldo em 31/12/2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo em 31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo em 31/12/2016</u>
Imobilizado em curso						
Geração						
Outros	1	254	255	26	-	281
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	8.694	8.694	2	-	8.696
Torres de medição	-	80	80	5	-	85
A ratear	298	2.832	3.130	5.822	-	8.952
Aerogeradores	156	11.674	11.830	23.206	-	35.036
Equipamentos de subestação	-	8.547	8.547	352	-	8.899
Adiantamentos a fornecedores	1.278	8.699	9.977	-	(3.000)	6.977
Total do imobilizado	<u>1.733</u>	<u>40.780</u>	<u>42.513</u>	<u>29.413</u>	<u>(3.000)^(*)</u>	<u>68.926</u>

(*) Valores referentes à conciliação e estorno de saldo a pagar no exercício no montante total de R\$3.000, contra fornecedores.

Os investimentos incorridos referem-se basicamente a compra de aerogeradores, obras civis, subestações e gastos diversos.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados.

5. FORNECEDORES

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circulante	8.078	4.067
Não circulante	<u>1.167</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>9.245</u></u>	<u><u>4.067</u></u>

Os saldos de fornecedores em 31 de dezembro de 2016 referem-se, principalmente, a valores a pagar aos fornecedores de equipamentos e materiais contratados para a construção do parque eólico e outros referentes a aerogeradores, subestações e construção civil. Inclui também valores referentes a negociação com fornecedores segregados entre circulante e não circulante, conforme cronograma definido em contrato, bem como encargos financeiros quando aplicável.

6. CONTAS A PAGAR – CCEE

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
CCEE:		
Circulante	1.259	258
Não circulante	52	-
Total	<u>1.311</u>	<u>258</u>

O Contrato de Energia de Reserva celebrado entre a Companhia e a CCEE estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada.

O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente, conforme expresso no referido contrato. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância – 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial.

6.1 Movimentação:

	<u>Saldo em 31/12/2014</u>	<u>Multa sobre ressarcimento</u>	<u>Saldo em 31/12/2015</u>	<u>Multa sobre ressarcimento</u>	<u>Amortização</u>	<u>Saldo em 31/12/2016</u>
CCCEE	-	258	258	1.222	(169)	1.311

7. PARTES RELACIONADAS

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<u>Rateio de despesa^(a)</u>		
Renova Energia S.A.	336	-
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital^(b)</u>		
Diamantina Eólica Participações S.A.	1.443	38.172
Total	<u>1.779</u>	<u>38.172</u>

a) Rateio de despesa - refere-se a reembolso de despesas realizadas de forma centralizada pela controladora indireta Renova Energia que são rateadas e reembolsadas pelas controladas, essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital – refere-se ao recurso aportado pela Diamantina na Companhia, sem custo financeiro.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

8.1 Capital social

A Diamantina Eólica Participações S.A. é a acionista controladora da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015. O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 é R\$ 32.812 (R\$520, 2015) e está representado por 59.591.266 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

8.2 Integralização de capital

Em 25 de julho de 2016, a Diamantina aportou na Companhia o valor de R\$59.071, dos quais R\$ 32.292 foram destinados a conta de capital social e R\$26.779 à conta de reserva de capital, mediante a emissão de 59.071.627 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

8.3 Prejuízo por ação

O prejuízo por ação básico é calculado por meio da divisão do prejuízo do período atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui diluição de ações.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos prejuízos básico por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prejuízo do exercício	(2.422)	(358)
Prejuízo por ação básico e diluído:		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	26.182	520
Prejuízo por ação básico e diluído (em R\$)	<u>(0,093)</u>	<u>(0,689)</u>

9. DESPESAS

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Serviços de terceiros	(76)	(5)
Tust ⁽¹⁾	(438)	-
Viagens	(6)	-
Multa sobre ressarcimento	(1.222)	(258)
Telefonia e TI	(8)	-
Material de uso e consumo	(3)	(5)
Impostos e taxas	(45)	(8)
Outras	(29)	(49)
Total	<u>(1.827)</u>	<u>(325)</u>

(1) Tust – tarifa de uso do sistema de transmissão.

10. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Despesas financeiras		
Juros	(593)	(23)
IOF	(1)	(5)
Despesas bancárias	(1)	(5)
Total	<u>(595)</u>	<u>(33)</u>

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de partes relacionadas e fornecedores.

	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	8.078	4.067	8.078	4.067
Partes relacionadas	336	-	336	-
Não circulante				
Fornecedores	1.167	-	1.167	-
Partes relacionadas	1.443	38.172	1.443	38.172

b) Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2016		31/12/2015	
	Outros ao custo amortizado	Total	Outros ao custo amortizado	Total
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	8.078	8.078	4.067	4.067
Partes relacionadas	336	336	-	-
Não circulante				
Fornecedores	1.167	1.167	-	-
Partes relacionadas	1.443	1.443	38.172	38.172

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

d) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava capital circulante líquido negativo. A expectativa da Administração da Companhia é reverter esta situação através das receitas auferidas quando do início de suas operações.

12. COBERTURA DE SEGUROS

O quadro a seguir apresenta os principais valores em risco com coberturas de seguros da Companhia:

Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Garantia executante construtor (LER 2013)	R\$ 21.817	05/12/2013	31/03/2017	CCEE

13. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os exercícios de 2015 e 2016, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto as seguintes transações não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Integralização de capital com ativo imobilizado da controladora	15.570	-
Capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital	16.722	-
Reserva de capital - adiantamento para futuro aumento de capital	26.779	-
Aquisição de ativo imobilizado - fornecedores	7.449	3.991

